

ABCEFNSHDU SELO DE MÉRITO 2019

Ações, Planos e Programas voltados para população de HIS e/ou gestão

CENÁRIO



- Em seus 54 anos, a Cohab Minas entregou, em 600 municípios, cerca de 125 mil unidades habitacionais financiadas, em sua maioria, por meio de Contratos de Promessa de Compra e Venda;
- Muitas famílias beneficiadas venderam suas moradias por meio de "contratos de gaveta" gerando irregularidade na ocupação dos imóveis. Elas têm a posse, mas residem nos locais há 30 ou 40 anos, sem ter a propriedade que continua sendo da Cohab Minas;



- Mais de 20 mil escrituras permanecem sem emissão em virtude de diversos complicadores gerados pela informalidade;
- Cerca de 19 mil mutuários inadimplentes com a Companhia;
- Existe uma grande quantidade de demandas ajuizadas ou passiveis de ajuizamento referentes a discussão sobre propriedade e posse do imóvel.



SOLUÇÃO



Para contribuir com a celeridade na solução desses litígios, evitar o ajuizamento de novas demandas, tornar mais efetiva a cobrança de débitos e cumprir a obrigação de emitir a escritura a Cohab Minas e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) assinaram, em março de 2017, um Termo de Cooperação para realização de audiências préprocessuais através dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos-CEJUSC.



BENEFÍCIOS



Troca de um

Título particular "podre"

X

por um Título executivo judicial

de alta exequibilidade



BENEFÍCIOS PROCEDIMENTAIS

- Títulos Executivos (execução rápida);
- Negócio jurídico processual (execução mais rápida;
- Relação equilibrada (Defensoria e Tribunal de Justiça).

BENEFÍCIOS MATERIAIS

- Crédito novado x Valor negociado;
- Dívida autônoma com garantia imobiliária;
- Renúncia de direitos de indenização, retenção, prescrição, usucapião, impenhorabilidade;
- Inadimplência aumenta a rentabilidade do título.



BENEFÍCIOS PARA O MORADOR

- Garantir segurança jurídica para as famílias de baixa renda com a participação da Defensoria Pública quando a parte não conta com advogado particular;
- Dar oportunidade a famílias de baixa renda de regularizar a situação fática consolidada saindo da informalidade dos "contratos de gaveta" e garantindo a emissão da escritura em seu favor;
- Obter todos os benefícios decorrentes de uma conciliação como economia de tempo e custos do processo.



EXECUÇÃO



- São necessários pouco mais de 45 dias para a realização do trabalho, desde o contato inicial com o magistrado da Comarca até a realização da última audiência;
- É realizada uma intensa mobilização pelos funcionários da Cohab Minas junto aos moradores com entrega de carta convite, emitida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, convidando para o comparecimento nas audiências de conciliação. Esta carta contém o resumo das pendências do contrato habitacional relativas à documentação para emissão de escritura e/ou débitos contratuais;
- Acompanhamento do cumprimento dos acordos relativos à débitos através de relatórios mensais gerados pelo Sistema Gestor Hipotecário-SGH da Cohab Minas;
- Acompanhamento do recebimento da documentação pendente dentro do prazo acordado pelo setor de escrituras.



ATORES

O trabalho do mutirão envolve vários setores da Companhia, que atuam conjuntamente desde a negociação de regularização de contratos habitacionais até a emissão da escritura.

- Cohab Minas: Equipes Jurídica, de Cobrança, de Escrituras, Social, de Informática e de Logística;



- TJMG: Magistrados, Coordenadores do CEJUSC e Conciliadores;



- Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais-DPMG;



- Faculdades parceiras: Estudantes do curso de Direito. FASEH









ATRIBUIÇÕES

- Cohab Minas: Levantamento dos conjuntos habitacionais que estão em maior situação de ocupação irregular e inadimplência; convite aos envolvidos; disponibilização do corpo técnico e jurídico da Companhia; disponibilização de equipamentos necessários a realização do mutirão (computadores, impressoras, escâner, material de escritório, etc).
- TJMG: Disponibilização de agenda para realização das audiências de forma concentrada, cursos de capacitação para conciliadores, designar magistrados para supervisionar, orientar os trabalhos e homologar os acordos.
- Defensoria Pública: Garantir que todos os moradores estejam assistidos e tenham segurança jurídica antes do fechamento do acordo.
- Meio acadêmico: Participação de alunos da faculdades parceira que após capacitação atuam como conciliadores.



RESULTADOS



- Desde a primeira etapa do mutirão, foram realizadas 3.966 audiências que resultaram em 3.803 acordos (95%). Nas 19 etapas já realizadas foi negociado o saldo de R\$ 8.878.058,66. A negociação humanizada com a consideração da capacidade de pagamento da parte se mostra eficiente na medida contribui para a redução do índice de inadimplência;
- A solução de litígios no âmbito pré-processual mostrou-se extremamente benéfica para todas as partes envolvidas (COHAB; moradores; TJMG; DPMG). Além de ter tornado o procedimento mais célere e ter evitado vários ajuizamentos de ações judiciais para rescisão de contratos existentes e reintegrações de posse;



PROJEÇÃO DE CUSTO PROCESSUAIS	R\$ -17.847.000,00
CUSTO OPERACIONAL DO PRÉ-PROCESSO	R\$ -68.926,26
INVESTIMENTO OPERACIONAL (SUSTENTÁVEL)	R\$ 0,00
AUDIÊNCIAS REALIZADAS	3966
ACORDOS	3803 (95%)
TOTAL DO CRÉDITO NOVADO	R\$ 60.497.088,98
TOTAL NEGOCIADO	R\$ 8.878.058,66





